

Avaliação da Dimensão Política do PROJETO INTEGRAR

I- Considerações Iniciais

No mês de janeiro de 1998, foram realizados vários encontros com os núcleos do Projeto tendo em vista a avaliação de suas atividades no decorrer do ano de 1996/97. Participaram destes encontros os núcleos de Santos e Cubatão, Sorocaba e Salto, Matão, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, e Zona Sul de São Paulo.

Nestes encontros lhes foi apresentada para discussão, a proposta de avaliação da dimensão política do projeto (em anexo), com o objetivo de ouvir críticas e sugestões dos participantes dos núcleos; instrutores, professores e alunos.

Na primeira parte do encontro, era feita uma exposição, pelos aplicadores da avaliação (Cláudio e Lúcia), sobre os objetivos da mesma, tendo sido salientado que se tratava de um instrumento de trabalho, criado para acompanhar o processo de trabalho dos núcleos, ressaltando suas possibilidades de ação, assim como as dificuldades encontradas. Considerando que as práticas de avaliação têm tradicionalmente, uma conotação negativa, pois sugerem instrumento de punição, insistimos no caráter de instrumento de trabalho, desta proposta, cujo único objetivo era detectar dificuldades e possibilidades, para procurar superar, dentro do possível, as primeiras e fortalecer/desenvolver as segundas. Ou seja, foi colocado como objetivo primordial da avaliação, criar uma sistemática de acompanhamento das atividades dos núcleos que pudesse instrumentalizá-los em suas ações e propostas, e ao mesmo tempo, dar subsídios para a coordenação do Projeto, tendo em vista garantir o alcance dos seus objetivos. Ao mesmo tempo, abriu-se a discussão acerca do modelo de avaliação apresentado.

Na Segunda parte do encontro, discutia-se a realidade de cada núcleo, seus avanços e dificuldades. Finalmente, lhes foi pedido que enviassem para a sede da CNM em São Paulo, os formulários preenchidos (modelo em anexo), onde deveriam estar registradas as informações relativas a cada um dos núcleos. Estes formulários seriam posteriormente analisados por nós e constituiriam a base do relatório Final de Avaliação da Dimensão Política do Projeto.

A entrega desses formulários devidamente preenchidos, estava marcada para meados de fevereiro, uma vez que pretendíamos escrever e discutir o Relatório Final com todos os núcleos que participaram da avaliação, na primeira semana de março, para em seguida apresentá-lo na sua versão final, para a coordenação geral do Projeto Integrar.

Como se sabe, os prazos não foram cumpridos, pois recebemos o material dos núcleos somente no mês de agosto. Além disso, só recebemos os Relatórios dos núcleos de Ribeirão Pires, Mauá, Diadema e da Zona Sual de São Paulo, sendo que nenhum deles preencheu o formulário tal como havia sido combinado, o que dificultou sobremaneira a realização da avaliação e a produção do relatório final,

pois muitas informações importantes não nos foram encaminhadas. Considerando estas dificuldades, assim como algumas lacunas em nossa proposta de avaliação, estamos encaminhando, no item IV, propostas no sentido de alterar a sistemática de avaliação.

II- Resultados da Avaliação

Com base no material que nos foi enviado pelos núcleos, foi possível apreciar os seguintes aspectos:

- 1) Ações desenvolvidas tendo em vista a criação de formas alternativas de emprego e renda;
- 2) Parcerias estabelecidas com prefeituras, sindicatos e entidades religiosas;
- 3) Dificuldades enfrentadas, carências e relação dos núcleos com a coordenação geral do Projeto.

1) Ações desenvolvidas para a criação de formas alternativas de emprego e renda.

O que se depreende dos relatórios enviados é que embora todos os núcleos tenham grande interesse em desenvolver ações nesta direção, as dificuldades são enormes. Faltam informações básicas acerca das possibilidades existentes para a criação de formas alternativas de emprego e renda, como por exemplo: conhecimento da dinâmica do mercado de trabalho local ou regional, da legislação que normatiza a criação e o funcionamento de cooperativas de trabalho, acerca das possibilidades de se abrir “negócio” próprio, etc. Há inclusive uma enorme demanda no que se refere à seminários e discussões sobre o que é uma cooperativa do ponto de vista dos trabalhadores. Há grande interesse em se discutir a diferença entre cooperativa e autogestão; a lógica que presidiria a divisão do trabalho e do poder, em cada uma dessas formas de organização da produção e sobre o significado do que seria produtividade em uma empresa organizada e controlada pelos trabalhadores. Isto ficou evidente nas discussões realizadas no núcleos. Ainda assim, algumas atividades foram desenvolvidas neste sentido.

No **Núcleo de Ribeirão Pires**, a discussão foi introduzida pela orientadora pedagógica e resultou na proposta de criação de uma cooperativa de jardinagem, considerando que a cidade é turística e a prefeitura poderia se interessar pela contratação deste tipo de serviço. Entretanto, a partir do momento que souberam que cooperativas não podem participar de licitações públicas, o plano foi abandonado, provocando desânimo em todo o núcleo.

No **Núcleo de Mauá**, não se chegou a formular projetos, mas vários debates foram realizados acerca de cooperativas e de autogestão da produção, ampliando-os para as questões relativas à qualidade de vida e direitos sociais.

Em São Paulo, no **Núcleo da Zona Sul**, chegou-se a elaboração de um projeto para a criação de uma Cooperativa de Alimentos Congelados. A idéia surgiu dos próprios alunos e foi apresentada no seminário realizado em São Bernardo do Campo. O grupo envolvido com este projeto esperava um apoio efetivo da coordenação do INTEGRAR; do seminário, esperava que resultasse algum encaminhamento prático. Não tendo encontrado suas expectativas atendidas, continuam a levar adiante este projeto, mas com grandes dificuldades.

O **Núcleo de Diadema** não fez qualquer referência à existência de ações voltadas para a criação de formas alternativas de emprego e renda, mas desenvolveram uma série de debates acerca do tema e visitaram o Instituto de Cooperativismo e Associativismo, assim como a Cooperativa de Trabalhadores da Construção Civil da Baixada Santista.

O que se pôde observar nos contatos diretos com os núcleos, e o que se depreende da leitura dos poucos registros que nos foram enviados, é a urgência com que a coordenação do projeto Integrar, deve promover seminários, debates e reuniões sobre o que significa nesta fase do capitalismo, criar formas alternativas de renda e de emprego; quais os seus limites e possibilidades. É fundamental em nosso entender, que se promova encontros com os núcleos, para este fim.

II- Parcerias estabelecidas

Falta ao Projeto Integrar uma concepção clara do que seja parceria. Se para o governo e para os empresários este vocábulo recobre práticas bem definidas, quando transposto para o campo da prática dos trabalhadores, ele parece bastante nebuloso. Neste sentido, sugerimos cautela na sua utilização para não assimilarmos o significado que lhe é conferido pelas classes capitalistas, considerando que se trata de duas realidades sociais inteiramente distintas. Primeiramente, é preciso considerar que só pode haver parceria em situações onde os sujeitos ou grupos envolvidos têm a mesma amplitude de ação e liberdade de expressão, isto é, quando os direitos dos diferentes grupos envolvidos são respeitados e garantidos. Isto já impõe limites claros à possibilidade de parcerias entre grupos de trabalhadores e grupos de empresários, políticos, etc. O que pode haver são negociações onde os trabalhadores deverão estar atentos para aquilo que deverão conceder e o que eventualmente, poderão obter. Isto deve ser avaliado caso a caso e nunca estabelecido como regra geral. Não se deve criar falsas expectativas nos trabalhadores com relação ao que se pode conseguir através de parcerias com o governo e com empresários, caso contrário, se estará trabalhando para o fracasso do projeto e mais, se estará enterrando definitivamente qualquer possibilidade do sindicato recuperar sua função original, que é a de servir de canal institucional

para desenvolver e consolidar a solidariedade e cooperação dos trabalhadores entre si, na luta pelos seus direitos, independentemente da situação vivida no mercado de trabalho (isto é, se desempregado, empregado, sub-contratado, etc).

Por outro lado, não se pode esquecer de dizer ao trabalhador que o Programa Integrar é financiado com verba do FAT- FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR- e que portanto, é um direito que lhe cabe e não uma concessão do governo. Cabe pois, discutir se esta verba, que não é pequena, deve ser utilizada desta forma, ou seja, para cursos de qualificação e requalificação dos trabalhadores, desvinculados de programas de criação de empregos e de possibilidades alternativas de renda, ou ainda, para outros fins que os trabalhadores poderiam estar avaliando e propondo.

De qualquer forma o que se observou é que as parcerias estabelecidas foram pontuais e fundamentalmente com sindicatos, que lhes cedeu o local para a realização dos cursos. Houve um caso de ação conjunta com a igreja católica (pastoral operária) na Zona Sul. Neste caso, a pastoral cedeu o local para que se iniciasse a produção de alimentos, tendo como objetivo o início de uma cooperativa de alimentos congelados.

Houve duas parcerias com prefeituras; o núcleo de Diadema fez convênio com a prefeitura do município e participou das atividades relativas a criação da Fundação Florestan Fernandes e participou das discussões sobre o papel da Comissão Municipal de Emprego, em processo de implantação no município.

O núcleo de Mauá teve como primeira parceria o Sindicato dos Petroleiros, que lhe cedeu o local para funcionamento dos cursos. Em janeiro de 1997, com a eleição de um governo PT, foi permitido ao núcleo utilizar salas de aula de uma escola municipal e os alunos começaram a receber lanches da prefeitura.

Assim, as relações estabelecidas com sindicatos, movimentos sociais e eventualmente, grupos religiosos, embora tenham ocorrido, foram tímidas voltadas mais para a obtenção de infra-estrutura necessária para o funcionamento dos núcleos. Não se verificou nenhuma parceria mais significativa no sentido de se estabelecer vínculos mais consistentes, voltados para a criação de emprego e renda.

III- Dificuldades Enfrentadas, Carências e Relação dos Núcleos com a Coordenação Geral do Projeto Integrar.

A maior carência dos núcleos refere-se, ao pouco ou inexistente respaldo da coordenação geral do Projeto Integrar, no que diz respeito às suas atividades diretamente políticas. Se a CNM optou por desenvolver a dimensão política do INTEGRAR a partir de um controle centralizado, isto é, se nele objetiva imprimir uma dada linha de atuação e uma dada orientação ideológica, ela deve isto aos núcleos. Trata-se de uma responsabilidade da qual ela não pode fugir, sob pena de desmoralizar-se a curto prazo e assim, anular a dimensão política do Projeto.

Caso ela tenha optado por um projeto fundado numa concepção puramente pragmática que tem por objetivo a sobrevivência de si própria e dos sindicatos à ela filiados, através dos recursos do FAT e propiciar aos trabalhadores apenas um acréscimo de suas qualificações e de um certificado, o que é muito discutível no Brasil hoje, enquanto resposta ao desemprego, isto deveria ficar claro para todos os trabalhadores que se integram no Projeto. Desta forma eles não alimentariam falsas expectativas com relação à coordenação geral do Integrar e talvez, começassem a agir por conta própria, o que pode não ser má idéia.

Considerando uma terceira possibilidade; se ela optou por uma atuação efetiva nos seus propósitos de combate ao desemprego e pretende desenvolvê-las a partir de uma linha de atuação política **aberta**, ainda assim, a concepção geral do projeto deveria estar claramente definida, no sentido de assinalar propostas diversificadas que convergiriam para um quadro de práticas sociais passíveis de se consolidarem num conjunto articulado de relações de cooperação e de solidariedade nas lutas contra o desemprego, contra a desestruturação do mercado de trabalho, eliminação dos direitos trabalhistas, assim como na luta por assegurar novas formas de organização da produção e de sobrevivência. Também neste caso, a Coordenação Geral do Projeto deveria ter propostas claras e concisas, assim como promover, para além de seminários, encontros entre os participantes dos núcleos e trabalhadores organizados em cooperativas e outras formas de associativismo, para que pudessem socializar experiências, trocar idéias e sugestões.

De qualquer forma, o que se observou em todos os núcleos, foi que apesar das dificuldades e carências, houve um interesse muito vivo e grande empenho tanto dos alunos quanto dos professores, instrutores e OPs., no sentido de ampliarem o escopo de suas ações e consolidar os núcleos.

IV- Algumas sugestões para as próximas avaliações

1-) Deve-se incluir no formulário a ser preenchido nos núcleos, os seguintes itens:

- apreciação da relação entre os núcleos e a coordenação geral do Projeto;
- expectativas dos núcleos quanto a atuação da coordenação geral do INTEGRAR.

2-) Deve-se criar uma sistemática de avaliação permanente dos núcleos. Isto significa que os formulários devem ser preenchidos, não mais no final de cada ano, mas sempre que novas informações surgirem. Isto poderá ocorrer a cada mês, se for necessário. Este preenchimento não deve ser responsabilidade de uma única pessoa. Ao contrário, o núcleo deve promover reuniões coletivas para realizar sua auto-avaliação, da qual resultará o preenchimento do formulário,

contendo inclusive, sugestões de aprimoramento da sistemática de avaliação, quando for o caso.

Considerações Finais

Não se pode apagar o passado. E ele nos mostra que apenas as lutas sociais foram capazes, no decorrer da história, de alterar as formas de exploração do trabalho, com algum benefício para o trabalhador. Os acordos trabalhistas que beneficiaram a classe trabalhadora durante o período áureo do Estado do Bem Estar Social nos países industrializados, durante três décadas, não foram senão resultados das grandes lutas dos trabalhadores travadas nas décadas anteriores.

Que o mundo mudou, assim como as formas de exploração do trabalho, não se discute. Entretanto, **lutar** continua sendo mais eficaz do que os acordos infames que hoje são assinados pela burocracia sindical em nome de toda uma classe que parece ter perdido sua voz juridicamente instituída, já que seus representantes estão mais preocupados em clonar a fala dos patrões. Como o Projeto Integrar pretende lidar com estas questões? Não seria o caso de começar a pensar nos pontos vulneráveis do capitalismo contemporâneo? Já são bastante conhecidos os pontos fortes da reestruturação capitalista. Falta entretanto, iniciar a discussão sobre os seus pontos fracos (e são muitos) e a partir daí, discutir possibilidades de ação. Isto inclui definir uma política clara de qualificação e requalificação dos trabalhadores.

Penso que já existem elementos suficientes para se começar a pensar numa ofensiva. Evidentemente em novos moldes. Isto não significa que a partir daí se poderá estabelecer de imediato, estratégias e táticas de luta. Talvez signifique no momento, apenas criar uma forma de “ler” o mundo contemporâneo, mas que poderá ajudar sobremaneira os trabalhadores que participam do INTEGRAR. Trata-se de privilegiar na análise, além dos aspectos vulneráveis do sistema capitalista (por exemplo, o alto grau de integração das várias fases dos processos produtivos e a sua simultânea descentralização geográfica), os pontos de fricção político/social hoje existentes (por exemplo, aqueles decorrentes da inadequação de uma estrutura política juridicamente reconhecida, fundada em Estados Nacionais desprovidos de poder real, frente à uma estrutura econômica oligopolizada inteiramente transnacional e cujo poder político embora efetivo, não está juridicamente estabelecido) e que tem provocado inúmeras “crises” pontuais. Enfim, trata-se de considerar os pontos vulneráveis do capitalismo contemporâneo, pois são nestes pontos afinal, que valeria a pena atuar

Finalmente cabe dizer, que avaliar a dimensão política de um projeto da amplitude que adquiriu o INTEGRAR hoje, exige muito mais do que o esforço de duas pessoas comprometidas cada qual com a sua consciência, no caso eu, Lúcia Bruno e Cláudio Nascimento, que nunca tivemos a oportunidade de discutir coletivamente o que estávamos propondo como sistema de avaliação. Eu, especialmente, entreguei uma proposta, ainda no primeiro semestre de 1997, que

nunca foi discutida nas reuniões da coordenação pedagógica do Projeto, apenas apresentada. Embora eu tenha solicitado inúmeras vezes, uma reunião com a direção da CNM para discuti-la, nunca fui atendida. No entanto, esta proposta foi aprovada para ser utilizada. Isto em meu entender, é a expressão máxima de que a direção da CNM não sabe o que efetivamente quer com este projeto. Assim, fica muito difícil fazer avaliação do que quer que seja. Isto sem dúvida, explica a precariedade dos relatórios que recebemos e sobre os quais temos que nos debruçar para fazer a avaliação da dimensão política do Projeto. Ou seja, temos que avaliar o que, a rigor, não existe. Qualquer pessoa que tenha acesso aos relatórios que recebemos, é capaz de compreender o que estou dizendo.

Encerro este “relatório”, colocando-me à disposição dos responsáveis pelo Projeto Integrar para os esclarecimentos que julgarem necessários.

Lúcia Bruno